

DIREITO NA LITERATURA: JUSTIÇA COMO VIRTUDE E VINGANÇA EM “CAPITÃES DA AREIA” DE JORGE AMADO

LAW IN LITERATURE: JUSTICE AS VIRTUE AND REVENGE IN “CAPITÃES DA AREIA” BY JORGE AMADO

Karla Pinhel Ribeiro- Professora Permanente de Mestrado e Doutorado em Direito Empresarial e Cidadania do PPGD/Unicuritiba. Pós-Doutora em Direito e em Filosofia. Doutora em Filosofia pela USP. Diretora Acadêmica e Presidente da Cátedra Benedito Nunes de Filosofia do Direito do ISM. E-mail: karlapinhelribeiro@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7479262758658154>

Tammy Hoffmann Benatto - Bacharel em Direito pelo Unicuritiba, pesquisadora sobre violência de gênero em narrativas religiosas e textos sagrados; pesquisadora de violência de gênero no contexto social. Secretária do Conselho Diretor da Cáritas da Arquidiocese de Curitiba. E-mail: hoffmann_benatto@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5208424458077516>

O presente estudo tem como objetivo analisar o direito na literatura através da obra literária de Jorge Amado “Capitães da Areia” (1937), identificando os casos jurídicos presente no decorrer da narrativa literária, como o autor descreve o estado de orfandade na vida das crianças que vivem em bando para sobreviver, estado esse, que se torna um estigma em suas vidas. Procura-se compreender como o autor apresenta o conceito de justiça, a presença da justiça como virtude, retributiva e a vingança como forma de justiça e, em conclusão, como esta é representada nos atos de cada personagem. Através da análise hermenêutica, foi possível comparar os conceitos jurídicos e filosóficos para verificar seus efeitos de forma qualitativa e comparativa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito na literatura. Justiça. Capitães da Areia. Jorge Amado.

This study aims to analyze law in literature through Jorge Amado's literary work “Capitães da Areia” (1937), identifying the legal cases present throughout the literary narrative, how the author describes the state of orphanhood in the lives of children who live in groups to survive, a state that becomes a stigma in their lives. The aim is to understand how the author presents the concept of justice, the presence of justice as a virtue, retributive and revenge as a form of justice and, in conclusion, how this is represented in the acts of each character. Through hermeneutic analysis, it was possible to compare the legal and philosophical

concepts to verify their effects in a qualitative and comparative way.

KEYWORDS: Law in literature. Justice. Capitães da Areia. Jorge Amado.

INTRODUÇÃO

Jorge Amado escreveu o romance “Capitães da Areia” na década de 30 onde os direitos infantis têm pouca visibilidade e garantia. Através da narrativa literária, o autor apresenta o ponto de vista do Estado e da sociedade da época, as crianças e adolescentes que não possuem família são abandonadas e, devido às suas necessidades para a sobrevivência, necessitam viver do furto para se manter; e em sua maioria são órfãs que não recebem os cuidados do Estado e vivem à margem da sociedade. De maneira geral, a temática central é a orfandade; abandono; a ilicitude das condutas dos personagens infantis e consequentemente o desejo pelo carinho; em ter uma família ou alguém que lhes dê segurança e uma qualidade de vida melhor.

Os capitães da areia são composto por inúmeras (AMADO, 2009, 9) crianças e adolescente e tem como o líder Pedro Bala que estava na rua desde seus cinco (AMADO, 2009, 47) anos de idade e permanece até sua vida adulta. A representação do abandono personificada no chefe do grupo, faz parte de toda a narrativa

literária, a maioria das crianças está nessa realidade desde o início de suas vidas. Consequentemente, acabam crescendo com valores deturpados e tem como referência pessoas que se tornam negativas para suas vidas.

É notório quando o indivíduo vive em realidade precária; a margem da sociedade, o desejo pela justiça e os conflitos morais se tornam ainda mais intensos o que justificaria muitas atitudes particulares como resultado de um problema social, ou seja, a desigualdade em todos os aspectos.

A criminalidade infantil na representação literária, pode ser justificada quando a desigualdade é presente e a tutela Estatal torna-se ausente; quando o interesse social pela realidade infantil é banalizado e os cuidados familiares são disfuncionais ou inexistentes, nesse último caso, a consequência final é a orfandade, o estigma social que o indivíduo carrega por toda a sua vida. A família e os seus vários modelos são a base da sociedade, se ela inexistente, tem-se um problema para o Estado e para o indivíduo órfão, resultando numa busca profunda pelo direito e pela justiça. Para realizar este estudo, foi preciso analisar a narrativa literária como um todo e identificar as casuísticas de grande relevância e fragmentá-las para compreendermos os efeitos jurídicos e suas

consequências e até mesmo os fenômenos sociais e psicológicos que em determinados momentos podem ser identificados de forma extremamente evidente.

Identificamos como as crianças são vistas na sociedade, ou seja, como objeto de pertença no aspecto negativo: a criminalidade, onde, inclusive se torna necessário analisar a realidade histórica, os aspectos constitucionais, a vida do autor de forma geral, que vieram a influenciar o imaginário do escritor para chegar a esse resultado da obra literária, nesse sentido, a criação dos grandes personagens que alimentaram esse estudo.

Apresentados os personagens principais como resultado da obra, passamos a explorar os atos de sobrevivência praticados pelas crianças, quais seriam as suas consequências que podem estar conectados a dois elementos centrais: fome e moradia combinado com segurança. Examinando o aspecto subjetivo identificamos a orfandade como um estado em que o personagem se encontra e o estigma que ele carrega.

1 CAPITÃES DA AREIA COMO OBJETOS DE PERTENÇA

Dado a exposição fragmentada dos casos, a possibilidade pedagógica de compreendê-los frente ao ordenamento jurídico, podemos perceber como o autor da obra literária descreve

a forma como historicamente as crianças eram vistas e, a partir disso, podemos comparar como houve uma mudança na sociedade atualmente.

Na década de 30, as crianças eram vistas como objeto de pertença (TOMÁS, 2014, 135) e não como sujeitos de direitos, indivíduos que contribuem para a construção da sociedade, mais especificamente, na construção da cultura infantil possuindo seu respectivo valor e reconhecimento social (TOMÁS, 2014, 137), conforme descreve Tomás sobre os direitos infantis ao considerar as crianças atualmente como “seres ativos e não objetos de intervenção e meros receptáculos da ação adulta” (TOMÁS, 2014, 137).

Hoje em dia, houve uma ruptura a respeito de como tratar as crianças, atribuindo o direito inalienável ao reconhecimento que a criança tem de autonomia na construção cultural de sua infância, segundo Tomás,

A consideração de que as crianças têm formas próprias de interpretar o mundo, de agir e de pensar e de sentir e que são capazes de discursar acerca da sua ação e de a representar de diferentes formas, apresenta-se como algo inovador e radicalmente diferente sobre a forma de olhar para as crianças. Talvez possamos mesmo

afirmar que estes pressupostos configuram uma ruptura epistemológica face à forma de olhar as crianças, ou seja, a consideração que as crianças devem e podem ser estudadas per si. (TOMÁS, 2014, 140)

Jorge Amado em sua obra “Capitães da Areia” (AMADO, 2009), mostrou a realidade em que as crianças são consideradas como objetos de pertença, porém revelando no seu aspecto mais negativo, a orfandade e o abandono, seja ele afetivo, familiar ou pelo Estado.

Em contrapartida, o autor descreve a necessidade de a sociedade reconhecer que as mesmas têm a sua autonomia no pensar, nas suas razões de agir e principalmente de opinar, reconhecimento esse que, paralelamente, o universo do crime já realizava, e que somente nessas ocasiões, o Estado dirigia sua atenção no sentido de intervir e reprimir as condutas criminosas dos menores infratores. Para Zapater,

[...] período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, não obstante esse princípio de interesse sobre sua figura, a criança não é vista como nada além de

um objeto de tutela dos adultos, e somente as situações que representassem risco à ordem social eram objeto de intervenção do Estado (ZAPATER, 2019, 29)

Para se falar, portanto, como o universo do crime os via enquanto menores adultos responsáveis e capazes para executar tarefas ilícitas e imorais, é preciso fragmentar a obra, reduzindo-a ao caso literário.

Nesse sentido, os Capitães da Areia são contratados para executar o serviço criminoso, as crianças necessitam furtar “um embrulho” (AMADO, 2009, 55), na descrição da narrativa, fragmento casuístico do estudo, mostra o reconhecimento que o universo do crime deu às crianças e jovens, a sua autonomia para executar tarefas criminosas atribuindo responsabilidades, criando o que se chama de adultização das crianças, vejamos:

— *É o senhor que se chama Joel?*
 — *Por quê? — quis saber o homem.*
 — *Foi o Querido-de-Deus que nos mandou.*
João Grande e o Gato se aproximavam. O homem mirou os três com espanto:

— *Porém são uns meninos! Isso não é negócio para meninos.*

— *Diga o que é, a gente sabe fazer o trabalho direito — retrucou Pedro Bala, quando os outros dois tinham se aproximado.*

— *Mas se um negócio que talvez nem homens... — e o homem pôs a mão a boca, como quem teme ter dito mais do que convinha.*

— *Nós sabe guardar um segredo tão bem como um cofre. E os Capitães da Areia sempre faz os serviços bem-feito...*

— *Os Capitães da Areia? Esse grupo de que falam os jornais? De meninos abandonados? São vocês?*

— *É a gente, sim. E dos que manda.*

O homem parecia refletir. Enfim se decidiu:

— *Eu preferia entregar esse negócio a homens. Mas como tem que ser esta noite mesmo... O jeito...*

— *Vai ver como a gente
sabe trabalhar. Não
fique assustado.
(AMADO, 2009, 54)*

O autor revela como os personagens, por andarem em bando, conseguem proteger uns aos outros, conseguem criar “respeito” e medo no coletivo. Contudo, mesmo que o universo do crime os veja e trate como adultos, é apenas fachada para atribuir às crianças esse sentimento de liberdade adulta, e os mesmos serem obedientes e executarem as tarefas, são meros “bodes expiatórios”, popularmente falando. Nota-se como o autor consegue transcrever para a narrativa essa problemática:

—*Então podem ir.
Depois, tem que ser
antes de duas horas,
voltem aqui. Mas só
quando a rua estiver
deserta. Eu os esperarei.
Acertaremos nossas
contas então. Mas quero
dizer outra coisa
lealmente. Se vocês
forem percebidos e
presos, não me*

*envolvam no caso. Nada
farei por vocês, porque
meu nome não pode
aparecer nisso tudo.
Tratem de dar fim a este
embrulho e não me
chamem para nada. É
ganhar ou
perder...(AMADO, 2009,
56)*

Não se exime a culpa infantil das suas atividades criminosas (AMADO, 2009, 9), o que revela é a culpa solidária pela falta de cuidado e atenção ausentados pela família⁵¹, sociedade e pelo Estado, dando origem às condutas ilegais no universo infantil, porque no final, elas são tratadas como o objeto, ou seja, se não pertencem a ninguém, a nenhuma família, são crianças órfãs, abandonadas na concepção mais desumana possível, caso sejam pegas em flagrante, elas respondem por si próprias, ninguém, a não ser elas mesmas saem prejudicadas.

A realidade da época é apresentada na obra envolvida com muito sofrimento, as crianças são estigmatizadas em virtude de sua condição de abandono e da forma que lutam para sobreviver, se valendo de atividades ilícitas para garantir um

⁵¹ Considera-se culpa, quando existem adultos responsáveis pelo menor constituindo a família da criança e, ainda assim, os abandonam!

pouco de dignidade em sua vida conforme relata Da Silva e Pedrosa,

São discriminados pela sociedade da época que os enxergavam como delinquentes, já que, para sobreviverem cometem pequenos furtos, assim a sociedade não os viam como menores abandonados. O enredo mostra, com todas as aventuras, a cumplicidade dos meninos e leva a uma reflexão dos problemas sociais. No desfecho, as crianças já são jovens adultos e cada uma delas vai em busca dos seus sonhos e ideais. Não é à toa que a história, mesmo depois de ter sofrido uma censura e sido queimada, logo após seu lançamento, tornou-se um clássico da literatura brasileira. (DA SILVA; PEDROSA, 2017, 273)

O leitor se depara nas primeiras páginas com a reportagem publicada pelo “Jornal da

Tarde” (AMADO, 2009, 9) com o título “Crianças Ladronas” (AMADO, 2009, 9) atribuindo a conduta das crianças como uma “aventura sinistra(...) Cidade infestada por crianças que vivem do furto” (AMADO, 2009, 9), numa tentativa de chamar a atenção que havia uma espécie de praga infantil que fugiu do controle repressivo do Estado. Segundo a reportagem, descreve o grupo de crianças abandonadas como:

[...]São chamados de Capitães da Areia porque o cais é o seu quartel-general. E têm por comandante um molecote dos seus catorze anos, que é o mais terrível de todos, não só ladrão, como já autor de um crime de ferimentos graves, praticado na tarde de ontem. Infelizmente a identidade deste chefe é desconhecida.

O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão

merecido, aos institutos de reforma de crianças ou às prisões. (AMADO, 2009, 9)

No aspecto individual, quando um objeto incomoda em um determinado lugar, o que inconscientemente é feito para solucionar esse incômodo é a remoção desse objeto para que ele ocupe a sua finalidade em outro local.

Atualmente esse pensamento ainda predomina ao objetificar os seres, porém, apesar de sua existência ainda estar enraizada no coletivo, é uma pequena parcela de pessoas que possuem sua forma de pensar na resolução dos problemas, objetificando-os quando não tem mais a sua serventia.

No aspecto negativo que Jorge Amado retrata em sua obra, o fato das crianças causarem tumulto na sociedade e se valer de intensos atos criminosos, sob o aspecto histórico, a objetificação da criança vai passando por um processo de mudança ganhando grande relevância social, mas o conceito de criança enquanto objeto ainda permaneceu muito forte, conforme fora mencionado anteriormente, o que muda é a sua contribuição à sociedade para realizar atividades de trabalhos, de maneira “legal” no sentido laboral mesmo, reconhecimento esse vindo principalmente com o grande advento das indústrias, mas ainda permaneciam irreconhecíveis enquanto pessoas sujeitas de direito, resultando ainda, num grupo minoritário de pessoas excluídas da preocupação social e jurídica, Zapater contribui nesse sentido:

Mesmo considerando que as crianças passam a ter uma relevância social a partir do final do século XIX por simbolizarem os braços que irão trabalhar e fortalecer a nação, a ideia de desigualdade fortalecida pela Revolução Científica justificava o não reconhecimento de crianças e adolescentes como pessoas, e o recorte de classe agravava a exclusão e a estigmatização desse grupo. É justamente neste período que as propostas de higiene social” construirão o estigma ainda hoje persistente que associa a pobreza à degenerescência, ao vício e à criminalidade, influenciando fortemente a produção de normas jurídicas relativas a crianças e adolescentes. (ZAPATER, 2019, 30)

Um apontamento de grande relevância é o que Zapater chama de “higiene social” (ZAPATER, 2019, 30). De forma discreta, Amado menciona esse conceito ao descrever como o jornal via a solução desse problema no: “sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido” (AMADO, 2009, 9).

A descrição da narrativa revela apenas o fato que o Estado deve recolher os menores, não reconhece a orfandade como abandono afetivo, tampouco menciona uma política social que possa contribuir na diminuição da orfandade resultada seja pela perda dos pais que naquela época, houve uma onda gigantesca de mortes, em virtude do surto de varíola que atingia principalmente os economicamente desfavorecidos, ou seja pelo abandono familiar ocasionado em virtude da negligência dos membros com relação os pequeninos.

Para o jornal e, em projeção ao que a cultura da época “pensava”, era necessário apenas a remoção dos menores, levando-os aos cuidados do Estado e fantasiosamente, permitisse que a paz reinasse na cidade, que a mesma pudesse viver seu sono de juventude sem ter com o que se preocupar.

Jorge Amado, mostra que o dever de cuidado com as crianças era considerado pela época como uma obrigação da família, devendo a mesma instruir as crianças na educação religiosa resultando num adulto com princípios religiosos e que naturalmente iria se constituir um indivíduo de caráter que contribui na construção da

sociedade formando sua família e levando nos mesmos princípios.

Tal ideal de indivíduo perfeito é descrito na reportagem pelo “Jornal da Tarde” (AMADO, 2009, 9) cujos reflexos do costume revela, também, uma moral religiosa que influencia no comportamento social, onde indivíduo de bem, é caracterizado por um conjunto de fatores externos, como o fato de possuir família, uma casa adequada, condição econômica favorável, os membros da família terem proximidade com pessoas cujo poder autoritário os colocassem num status elevado perante o seu próximo que pudessem os influenciar de alguma forma, excluindo os fatores internos que deveriam ser levado em consideração, como é o caso da conduta ética, dos princípios humanistas que cada indivíduo deve carregar, assim como a sua forma de se comportar e tratar outras pessoas com dignidade, com o devido valor.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUCIONAIS

O aspecto subjetivo de pertença que as crianças tinham como consideração que eram objeto de cuidado perante a sociedade e a família, tem reflexo no ordenamento vigente. Para tanto, se faz necessário, no sentido introdutório, verificar quais eram os ordenamentos vigentes na época da publicação da obra para que se possa compreender os motivos que levaram o autor a escrever, esse contexto em específico, e, como consequência alguns costumes, mesmo que

indiretos, ainda permanecem atualmente no imaginário coletivo.

Existem alguns elementos históricos que podem fazer a referência temporal que se aproxima com a data da publicação da obra. São personagens reais que fizeram história e marcaram a sociedade no sentido mais negativo e que estiveram percorrendo o mesmo espaço-tempo que Jorge Amado influenciando seu imaginário enquanto escritor literário, como exemplo, a questão de Lampião muito estimado pelo personagem Volta Seca, uma das crianças integrantes do grupo e que se tornou um dos personagens adultos mais cruel que o autor escreveu, segundo a descrição Cronológica contida na obra,

A única data que aparece em Capitães da Areia é imprecisa: a da morte do pai de Pedro Bala, Raimundo, assassinado num confronto com policiais na célebre greve das docas de 191...". Outra referência temporal é a menção ao cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que percorreu vários estados do Nordeste com seu bando nos anos 1920 e 1930. (AMADO, 2009, 271)

O objetivo em analisar a Constituição Vigente na época da publicação da obra, é buscar compreender mais a fundo como as crianças eram vista perante o ordenamento vigente, qual era o

contexto histórico em que o autor estava presenciando que influenciou na construção da temática em que os personagens principais são um grupo de crianças abandonadas, e por mais ficção possa ser a literatura, ensina porque hoje em dia, foi necessário repensar qual o lugar da criança e do adolescente na sociedade, e, quem são os seus garantidores legítimos, resguardando seus direitos fundamentais. Segundo Zapater,

Contextualizar o estudo do Direito da Criança e do Adolescente significa examinar o processo pelo qual essas relações foram construídas, reconhecidas e ressignificadas, e consideradas passíveis de regulação por normas jurídicas, para além das normas sociais e morais. Examinar o momento de surgimento das primeiras normas jurídicas que reconhecem crianças e adolescentes como sujeitos de Direito (ou seja, pessoas reconhecidas pelo Estado como aptas a participarem de relações jurídicas) e titulares de direitos (tanto gerais quanto os específicos decorrentes de sua condição de desenvolvimento) é o passo central para a melhor compreensão da situação jurídica (e mesmo social)

contemporânea das crianças e adolescentes. (ZAPATER, 2019, 17)

Assim, a obra é publicada aproximadamente no ano de 1937 (AMADO, 2009, 272), e, neste ano, basicamente, o autor presenciou uma virada no ordenamento jurídico, ou seja, a Constituição vigente, era do ano de 1934, denominada como “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil” (BRASIL, 1934) que muito timidamente (VERSIONESE, 1997, 10) mencionou pela primeira vez sobre o que seria a defesa e proteção ao direito de infância e juventude, conforme o art. 138⁵² da respectiva Constituição em suas alíneas, cujo os temas estavam designados em procurar assegurar, estimular, amparar, socorrer, proteger e adotar medidas legislativas que pudessem garantir o mínimo de direito, e, tais obrigações eram destinadas a União, Estados e Municípios mas que na prática, não passavam do texto Constitucional. Aqui, houve inclusive, a previsão Constitucional quanto a regularização do trabalho das crianças e adolescente punindo o trabalho noturno que fosse executado por menores de 16 anos, e a proibição ao trabalhar em indústrias insalubres (DE

OLIVEIRA, 2013, 346). Já em 1937, momento de mudança no ordenamento jurídico, o conceito de criança enquanto objeto de cuidado com direito a educação, como explica De Oliveira,

Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, promulgou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, no qual, dentre outros pontos inovadores, nos deparamos com a possibilidade de uma proteção social à infância e à juventude, bem como dos setores mais carentes da população. Assim, o art. 16, inc. XXVII, refere-se de competência da União, o poder de legislar sobre as normas concernentes à defesa e proteção da saúde e da criança. Já no seu art. 127, o mesmo menciona que a infância e a juventude são objetos de cuidado e de garantias especiais por parte do Estado e dos Municípios,

52“Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem

como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.”

com garantia de acesso ao ensino público e gratuito. Assim, percebemos que foi durante o Estado Novo, com a outorga da Constituição de 1937, que o Estado chamou para si a responsabilidade de assegurar as garantias da infância e da juventude.(DE OLIVEIRA, 2013, 347)

Nota-se como as duas Constituições vigentes se preocuparam com temas que o autor contextualiza na obra, conforme fora supracitado, as crianças não são sujeitos de direitos, são objetos de cuidados. A execução de políticas públicas garantida pela Constituição sobre essa temática, leva anos para realmente se concretizar. A dificuldade e o abandono infanto-juvenil eram um problema social, a mera previsão legal necessitava de entidades competentes que pudessem mudar essa realidade. Enquanto isso, a rua era o lugar temporário das crianças para poder viver com liberdade sem ser oprimida, conforme era o tratamento no reformatório ou orfanato, assim, descreve o autor sobre o momento em que Dora fora pega pela Polícia e levada até o “Orfanato Nossa Senhora da Piedade” (AMADO, 2009, 193)

Deram-lhe um vestido de pano azul, um avental de um azul mais escuro. Faziam com que ela ouvisse aulas junto com meninas de cinco e seis anos. A

comida era má, havia castigo também. Ficar em jejum, perder os recreios. Veio uma febre, ela esteve na enfermaria. Quando voltou estava macilenta. Tinha sempre febre, mas não dizia nada, porque odiava o silêncio da enfermaria, onde o sol não entrava e todas as horas pareciam a hora agonizante do crepúsculo. (AMADO, 2009, 211)

Amado, problematiza o tratamento desumano que é dado tanto pelo reformatório quanto pelo orfanato, como é o caso da qualidade da comida; de serem privados do recreio ao desobedecer a alguma regra, e, até mesmo, em situações mais graves serem obrigados a ficarem de jejum e até mesmo serem agredidos fisicamente, mesmo estando com graves ferimentos, são punidos com a privação de água e alimentos (AMADO, 2009, 194). São problemas em que o Estado está começando a se preocupar, mas de forma completamente lenta. Ao visualizarmos essa temática no âmbito nacional, com o advento da Constituição da República de 1988, ou seja, cinquenta e um anos depois da publicação oficial da obra, dois anos após a publicação da Constituição de 1988, veio a Lei 8.069/1990 denominada como Estatuto da Criança e do Adolescente que garante e promove direitos fundamentais de maneira mais eficaz atribuindo de forma mais detalhada a

responsabilidade da família, sociedade e do Estado para garantir a infância e a juventude com qualidade e vendo-os não mais como objetos de cuidado, mas como sujeitos de direitos.

1.2 PERSONAGENS PRINCIPAIS

É possível compreender a dinâmica que o autor utiliza ao descrever os personagens e sua história de vida com as várias perspectivas das miserabilidades das crises sociais que são veladas pela sociedade. Cada personagem é a personificação de um tema social, inclusive, fragmento casuístico de temáticas jurídicas envolvida com a literatura. O contexto da narrativa, por si só, pode ser considerado como sofrido, como é a questão da orfandade, do abandono, do estigma social que as crianças e jovens experienciam e assim por diante.

O atual chefe do grupo dos Capitães da areia, chama-se Pedro Bala, vive nas ruas da Bahia desde os cinco anos de idade e atualmente tem quinze anos (AMADO, 2009, 26). Seu pai falecera ao ser baleado, já sua mãe, ele desconhecia o seu paradeiro ou sua existência, em razão disso, passou a perambular pelas cidades.

O personagem sabia como se comportar como um líder nato em virtude de sua experiência de vida. Nem sempre Pedro foi considerado como chefe dos Capitães da Areia.

Logo que o mesmo entrou para o grupo, o chefe, na época era Raimundo, em um determinado momento, acabam tendo uma desavença, e, Raimundo estando como o errado da história, acaba agredindo covardemente Pedro

Bala que estava desarmado, ocasionando uma bela e enorme cicatriz em seu rosto e todos os membros do grupo acharam essa atitude covarde ficando ao lado de Pedro. Isto foi um dos fatos que fizeram com que Raimundo perdesse o posto de chefia, e daí em diante o grupo passou a ser mais unido, sendo liderado por Pedro, e, conforme narra o autor:

(...)foi desta época que a cidade começou a ouvir falar nos Capitães da Areia, crianças abandonadas que viviam do furto. Nunca ninguém soube o número exato de meninos que assim viviam. Eram bem uns cem e destes mais de quarenta dormiam nas ruínas do velho trapiche. Vestidos de farrapos, sujos, semi esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas. (AMADO, 2009, 27).

O que resultou no fato de Pedro Bala agir como um líder, dar visibilidade ao grupo em toda a cidade, era sua experiência precoce ao viver sozinho, ter que encontrar alternativas para sobreviver na cidade, aprendendo a se enfiar, fugir, permanecer, nos locais desde os seus cinco anos de idade. São experiências de vida, no

aspecto mais negativo possível, que o ensinou e contribuiu para ajudar os demais membros do grupo a sobreviver, por isso, ele tinha o carisma em ser “muito mais ativo, sabia planejar os trabalhos, sabia tratar com os outros, trazia nos olhos e na voz a autoridade de chefe.” (AMADO, 2009, 45)

Pedro tinha aulas de capoeira com o Querido-de-Deus e com alguns outros membros; apesar de planejar os trabalhos com muita astúcia, era ao Professor a quem Pedro ia consultar para verificar qual a melhor estratégia a ser executada. Professor era seu braço direito para dar conselhos.

Pedro ditava regras, quem desobedecesse seria expulso dos Capitães e os membros morriam de medo porque sabiam que lá fora, na rua, sozinho, sobreviver seria extremamente difícil. Deviam obedecer a muitas regras, caso quisessem a proteção dos membros, um exemplo de regra que existia entre eles, era a proibição da prática homossexual entre os membros sendo o pederasta passivo, expulso do grupo (AMADO, 2009, 45).

A experiência individual de Pedro, sobre o aspecto negativo, resulta na falta de bom senso para se viver em sociedade, bom senso no sentido de não viver da ilicitude, de ter sabedoria e não agir por impulso, de saber qual o limite em se relacionar com o outro, no sentido de convivência social, enquanto amizade, seja a pessoa conhecida ou desconhecida.

Nesse sentido, o autor revela o personagem como exemplo do resultado social e individual que o abandono ocasiona, onde ambos saem perdendo, seja a sociedade como vítima das

ações criminosas, seja Pedro como a vítima do abandono da sociedade. Na vida adulta, segundo De Paula e De Oliveira Giacon, o personagem se torna um revolucionário,

(...)Pedro Bala identificado com a memória de infância, na fase adulta engaja-se nos movimentos grevistas das cidades da Bahia, tornando um organizador de greves”, fazendo sua própria revolução, pois entenderá o significado de fazer parte de uma sociedade e de lutar pelos menos favorecidos, assim como ele mesmo o foi durante sua infância. (DE PAULA; DE OLIVEIRA GIACON, 2014, 829)

A experiência de vida de Pedro permite que sua luta tenha mais sentido levando toda a sua dor como marca em sua consciência, procurando por meio dela, lutar pelos direitos que eram seus e do restante do seu povo, dos menos favorecidos, para que juntos, pudessem lutar por um espaço mais justo.

Professor, o personagem que descobriu o prazer das narrativas literárias, recebeu esse nome devido sua facilidade em aprender sozinho, ser autodidata. Furtava livros, amava-os com toda intensidade.

Foi com um desses livros que aprendeu a fazer mágicas com alguns objetos que aprendera em um dos livros que furtou (AMADO, 2009, 30) vindo a receber o apelido de Professor. O autor

descreve o personagem, apesar dos atos criminosos, como sendo o garoto que fazia bom uso das obras que furtava, que contribuía para alimentar o imaginário dos membros do grupo, e diverti-los com um pouco mais de animação.

A ânsia pela leitura, a disciplina em querer aprender a ler com prática, o fez habilidoso e muitas vezes sábio, conquistando o posto de conselheiro do Chefe dos Capitães, nota-se como o autor descreve o personagem com profundidade:

João José, o Professor, desde o dia em que furtara um livro de histórias numa estante de uma casa da Barra, se tornara perito nestes furtos. Nunca, porém, vendia os livros, que ia empilhando num canto do trapiche, sob tijolos, para que os ratos não os roessem. Lia-os todos numa ânsia que era quase febre. Gostava de saber coisas e era ele quem, muitas noites, contava aos outros histórias de aventureiros, de homens do mar, de personagens heroicos e lendários, histórias que faziam aqueles olhos vivos se espicharem para o mar ou para as misteriosas ladeiras da cidade, numa ânsia de aventuras e de heroísmo. João José era o único que lia

correntemente entre eles e, no entanto, só estivera na escola ano e meio. Mas o treino diário da leitura despertara completamente sua imaginação e talvez fosse ele o único que tivesse uma certa consciência do heroico das suas vidas. Aquele saber, aquela vocação para contar histórias, fizera-o respeitado entre os Capitães da Areia, se bem fosse franzino, magro e triste, o cabelo moreno caindo sobre os olhos apertados de míope. (AMADO, 2009, 30)

Suas leituras permitiram que ele fosse criativo, tinha a consciência expandida, um imaginário fértil, e um vocabulário riquíssimo, sabia utilizar os elementos para inventar histórias e contar aos Capitães, tinha a mente ágil.

Os demais Capitães o respeitavam, porque era ele quem permitia que os membros tivessem seus momentos de fuga da vida real e os transportasse para outros universos. Jorge Amado consegue mostrar a ânsia que os meninos tinham em ter alguém que os tirasse da vida real, mas que, não os obrigasse a fazer aquilo que não queriam.

Não gostavam de serem obrigados a cumprir com coisas chatas, eram movidos aos prazeres, naqueles breves momentos que os permitiam, e conforme suas vontades, gostavam de poder divagar na imaginação: “João Grande ficou muito tempo atento à leitura. Para o negro

aquelas letras nada diziam” (AMADO, 2009, 30), o interesse em aprender a ler era algo inexistente, eles deixavam para quem tinha a habilidade, ou, o dom.

Enquanto Pedro Bala revela o arquétipo de Pai e líder, o professor revela o elemento intelectual e artístico entre os membros, ele também tinha a habilidade para o desenho e a pintura. (AMADO, 2009, 78)

Volta Seca, um dos personagens mais negativos que o autor consegue descrever, é uma criança amarga, veio da caatinga (AMADO, 2009, 46), tinha a habilidade de imitar os sons de vários animais (AMADO, 2009, 63) além do desejo profundo em encontrar seu padrinho Lampião (AMADO, 2009, 64) e fazer parte do seu grupo, em ser um cangaceiro, segundo o autor, ele descreve Volta Seca como um personagem que idealiza as pessoas, que os torna como heróis e sente-se embriagado com tais fantasias:

E Volta Seca pensou que quando Pedro Bala fosse grande como um homem seria tão corajoso como Lampião. Lampião era o dono do sertão, das caatingas sem fim. Pedro Bala seria dono da cidade, do casario, das ruas, do cais. E Volta Seca, que era do sertão, poderia andar nas caatingas e nas cidades. Porque Lampião era seu padrinho e Pedro Bala seu amigo. (AMADO, 2009, 99)

O ideal de grandiosidade para Volta Seca, é um valor desvirtuado, a grandiosidade está envolvida no tamanho da maldade que um homem conseguisse chegar. Para Volta Seca, o desejo pela maldade estava muito presente em sua carne, sem um nível de empatia ou compaixão, apenas na busca em satisfazer seus desejos, de se fazer o uso da força para imobilizar quem é mais frágil, seja no sentido emocional ou no sentido físico da história.

Para ilustrar alguns personagens antagônicos entre aqueles que têm princípios natos e aqueles que desejam a maldade, Jorge Amado descreve um diálogo que Volta Seca tem com o Professor. No fragmento literário, e de forma mais detalhada aqui se apresenta como a narrativa descreve a chegada de Dora aos Capitães após ficar órfã junto com seu irmão e não tendo para onde ir, é acolhida pelo Professor levando-a até o trapiche para conhecer os demais membros e ser acolhida nos Capitães, assim, não ficaria sozinha na cidade, não correria risco de morrer por não ter a experiência que a rua exige e que a ensinaria na forma mais dolorida possível. Ao chegar com Dora e seu irmão, Professor se depara com uma barbárie masculina entre os membros do grupo, e Volta Seca se mostra o mais agressivo verbalmente e fisicamente. Seus desejos o tornam escravo de seus impulsos e para legitimá-los, utiliza, como exemplo, a conduta de Lampião para convencer Professor a entregar Dora ao grupo para satisfazer seus desejos carniais. Professor tenta utilizar os argumentos mais humanos possíveis, como o fato dela ser uma menina, mas

a excitação de Volta Seca o impede de ser racional, nesse sentido ele diz:

— Não tão vendo que é uma menina...

— Já tem peito! — gritou uma voz.

Volta Seca saiu de entre o grupo. Trazia os olhos muito excitados, um riso no rosto sombrio:

— Lampião também não respeita cara. Dá ela pra gente, Grande...

Sabiam que Professor era fraco, não aguentava pancada.

Estavam doidamente excitados, mas ainda temiam João Grande, que segurava o punhal. Volta Seca se via como no meio do grupo de Lampião, pronto para deflorar junto com todos uma filha de fazendeiro.

A vela iluminava os cabelos loiros de Dora. Ia um pavor pelo rosto dela. (AMADO, 2009, 170)

Dora e seu irmão Zé Fuinha, estavam famintos, não tinham onde dormir, ninguém da cidade havia ajudado os dois, eles haviam acabado de perder os pais em virtude do surto epidêmico de Varíola. Professor tinha sentimentos pela garota, mas eram sentimentos genuínos, de alguém que não tira a liberdade, que não força

nada que o outro não queira, que respeita o espaço alheio, que não usa da violência para obrigar o outro a fazer o que não quer, Professor é o oposto aos demais membros, pareciam um bando de selvagens vendo a caça, tinham o desejo aflorado, eram irracionais em suas condutas, estavam prestes a cometer um estupro de vulnerável. Dora estava assustada com tudo,

Dora via o grupo avançar. O medo foi vencendo o desânimo e o cansaço em que estava. Zé Fuinha chorava. Dora não tirava os olhos de Volta Seca. A cara sombria do mulato estava aberta em desejo, um riso nervoso a sacudia. Viu também os sinais da varíola no rosto de Boa-Vida quando este passou em frente da vela, e então se lembrou da mãe morta. Um soluço a sacudiu e deteve um momento os meninos. Professor disse:

— Não vê que ela tá chorando. Eles pararam um momento. Mas Volta Seca falou:

— E nós com isso? A babaca é a mesma...

Continuaram avançando. Iam vagarosamente, os olhos fixos ora em Dora, ora no punhal que João Grande tinha na mão. De repente se apressaram, chegaram muito mais perto.

João Grande falou pela primeira vez:

— Furo o primeiro...

Boa-Vida riu, Volta Seca manejou o punhal. Zé Fuinha chorava,

Dora o olhou com os olhos apavorados. Se abraçou nele, viu João

Grande derrubar Boa-Vida. A voz de Pedro Bala, que entrava, fez

com que parassem: (AMADO, 2009, 171)

A maldade dos Capitães, principalmente de Volta Seca, se aquieta por um momento quando Pedro Bala entra na sala e interroga os membros sobre as razões da agitação naquele local.

Era a voz da autoridade que por um momento parecia a solução para os problemas, a personagem ao “entrar em pânico”, revela o medo de ser forçada a fazer algo que não deseja, a angústia de estar presenciando tudo aquilo com o irmãozinho ao seu lado chorando e a imagem da doença que traz dolorosas lembranças de sua mãe, por outro lado, a obediência se mostrou presente quando o líder manifestou sua palavra para colocar ordem naquele momento. Contudo, como um animal, os desejos do líder também falam mais alto junto com os demais membros, conforme o autor descreve:

O negro olhou Pedro Bala espantado. O grupo avançava

novamente, agora chefiado por Pedro Bala. João Grande estendeu os braços, gritou:

— Bala, eu como o primeiro que chegar aqui.

Pedro Bala adiantou mais um passo:

— Sai, Grande.

— Tu não tá vendo que é uma menina? Tu não tá vendo?

Pedro Bala parou, o grupo parou atrás dele. Agora Pedro Bala olhava Dora com outros olhos. Via o terror no rosto dela, as lágrimas que caíam dos olhos. Ouviu o choro de Zé Fuinha. João Grande falava:

— Eu sempre tive contigo, Bala. Sou teu amigo, mas ela é uma menina, fui eu e Professor que trouxe ela. Eu sou teu amigo, mas se tu vier eu te mato. É uma menina, ninguém faz mal a ela... (AMADO, 2009, 172)

Apesar da situação que começou, da exposição explícita do desejo sexual que os meninos tinham pela garota, da impressão inicial ter sido péssima que Dora tem do grupo, ela permanece com eles e se torna parte integrante do grupo. A acolhida, traumatizante, mas efetiva, permitiu que Dora tivesse segurança junto com os demais membros.

A carência afetiva e maternal que os meninos sentiam, em Dora, projetaram a figura

materna da mulher que cuida, da carinho e atenção. Passados alguns dias, Dora conquista o líder do grupo, que por ser a única menina, é a ele quem tem o direito de se relacionar, uma espécie de privilégio e propriedade que o líder sente, fato literário.

Pedro Bala se relaciona amorosamente com ela, e apesar do espírito de liderança, unindo-se com Dora, os dois “exalam” aquilo que todos os membros do grupo mais desejavam, a presença de um pai e uma mãe.

Deve-se levar em consideração outro personagem de suma importância para a compreensão das temáticas que o autor explora na narrativa. Descrito de forma negativa e cujo temperamento é extremamente sarcástico, Sem Pernas tem seu apelido devido o garoto ser coxo.

Era maldoso, não tinha empatia com os capitães e nem com os mais novos, a dor e a humilhação o deixaram emocionalmente frio, zombava dos demais membros, utilizava-se de sua deficiência para se abrigar nas casas das famílias que o acolhiam só para saber se era válido roubar lá e se tinha objetos de valor; era infeliz, queria alguém pra cuidar dele, como as mães faziam com os seus filhos.

Ele fazia com que as famílias tivessem compaixão de sua miserabilidade, que o acolhesse “temporariamente” (AMADO, 2009, 116) mas sempre dava um jeito de reverter em seu favor a compaixão que os outros tinham dele, para mostrar superioridade, de forma figurada, era uma casca, uma máscara que ele usava para ocultar sua fragilidade, sua inocência infantil, a sua vulnerabilidade; odiava ver as pessoas sentindo

pena de sua deficiência, isso doía em sua alma, intensamente.

Pirulito era um personagem que representava o devoto espiritual, o sacerdote religioso. Ele queria que sua vida mudasse, projetando a culpa de suas ações na consciência de agora, tinha a esperança que o divino expurgasse seus pecados e purificar sua alma e de seus amigos; queria que a vida mudasse.

A devoção religiosa o inspira, queria que os demais se santificassem também, mas não exigia nada deles, rezava por todos, principalmente pelo Sem- pernas, conforme descreve o autor: “Pirulito rezava por ele mais que por nenhum, e por vezes pensava que Satanás tinha se metido no corpo do Sem-Pernas.” (AMADO, 2009, 134), procurava compreender as razões da maldade do amigo. O dualismo religioso se mostra presente, ou seja, a necessidade de ter um inimigo que influencia a alma do amigo, é o que poderia justificar tamanhas crueldades e que para Pirulito, seria mais racional acreditar naquele momento.

Pirulito rezava copiosamente, tinha por “diretor espiritual” Padre José Pedro que alimentava o garoto com as palavras de Fé e amor que Cristo o ensinou e, também o ensinava a ler e escrever (AMADO, 2009, 86). Era uma forma de atribuir à criança uma vida melhor, mudando a consciência moral dele, atribuindo valores e princípios cristãos. A Mãe de Santo, também tinha esse papel sublime na vida das crianças, ensinando-lhes a moral que os santos de matriz africana pregam constantemente, mas Pirulito se identificava com o cristianismo, compreendia os

ensinamentos, e a oração, fazia sentido para si, tinha esperança na Salvação. Jorge Amado consegue descrever a dimensão que Pirulito conseguia chegar em seus momentos de oração, era o ápice da devoração, era o êxtase espiritual que o tirava da realidade e o fazia compreender sua missão de vida,

O Sem-Pernas, que vinha combinar um detalhe da questão dos chapéus e que, desde que o vira rezando, trazia uma pilhéria preparada, uma pilhéria que só com o pensar nela ele ria e que iria desconcertar completamente Pirulito, quando chegou perto e viu Pirulito rezando, de mãos levantadas, olhos fixos ninguém sabia onde, o rosto aberto em êxtase (estava como que vestido de felicidade), parou, o riso burlão murchou nos seus lábios e ficou a espiá-lo meio a medo, possuído de um sentimento que era um pouco de inveja e um pouco de desespero. (AMADO, 2009, 34)

Sem-pernas se intrigava, queria atormentar o menino, era o que seu espírito ansiava, assim como ele tratava os demais membros, zombava deles, mas, nessas horas, o mistério o deixava com medo, não conhecia da sacralidade espiritual e isso o intrigava. João Grande tinha treze anos, era chamado

constantemente de negro pelos membros do grupo, seu pai que era carroceiro foi atropelado por um caminhão ao desviar com o cavalo e desde então, o filho passou a viver nas ruas, na época do fato, ele tinha nove anos (AMADO, 2009, 28). João Grande era o menos ágil, o menos inteligente do bando. Gato, outro personagem do grupo, é o mais sedutor, tem uma vida mais fácil graças a Dalva, que devido ao seu envolvimento amoroso, passa a gerenciar o trabalho dela.

Compreender como o autor desenvolve determinadas temáticas jurídicas, psicológicas e sociais sobre o contexto geral da narrativa; fragmentar determinados casos e aplicar conceitos jurídicos para apreciar os efeitos jurídicos enriquece o saber; aprofundar o conhecimento sobre cada personagem e sua história, sua experiência de vida e sua conduta na narrativa diante de si mesmo, diante do outro e da sociedade, permite que, de forma figurada, uma porta de entrada se abra no universo literário autorizando nossa entrada para visualizar aquilo que é mais particular e elementar pertencente a cada personagem, ou seja, quais são os seus sentimentos, suas crises, seus estigmas seus desejos mais profundos que a dor do abandono ocasiona e aquilo que ele deseja no seu íntimo

conforme os valores que carrega, ou seja, seria a justiça ou a vingança que ele busca *ad aeternum*.⁵³

2 ATOS PARA A SOBREVIVÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O autor constrói grande parte da narrativa literária baseada em atos ilícitos dos personagens, conforme alguns exemplos que foram supramencionados, onde alguns desses atos resultam em tentativas ou atos consumados para sobreviver. Nesse sentido, o Jorge Amado descreve as percepções do Padre José Pedro, ao desejar conhecer os Capitães da Areia e tentar mudar suas vidas, porém, o personagem se mostra ciente do resultado central que levava o grupo a estar naquela vida, vivendo naquelas condições: “sabia que a vida deles era falta de todo o conforto, de todo carinho, era uma vida de fome e de abandono.” (AMADO, 2009, 72) O leitor, pode se deparar no decorrer da leitura da obra literária que esses atos de sobrevivência, estão ligados por dois elementos centrais: primeiro, direciona-se através do elemento fome, o segundo, através do elemento moradia e segurança, vejamos,

Eles furtavam, brigavam nas ruas, xingavam nomes, derrubavam negrinhas no areal, por vezes feriam com navalhas ou punhal homens e

polícias. Mas, no entanto, eram bons, uns eram amigos dos outros. Se faziam tudo aquilo é que não tinham casa, nem pai, nem mãe, a vida deles era uma vida sem ter comida certa e dormindo num casarão quase sem teto. Se não fizessem tudo aquilo morreriam de fome, porque eram raras as casas que davam de comer a um, de vestir a outro. (AMADO, 2009, 106)

Jorge Amado apresenta quem é a culpa, ou seja, da inexistência de uma família e consequentemente da própria sociedade que culturalmente estava fechada para dar de comer a quem necessitava criando e alimentando inconscientemente⁵⁴ os crimes por elas praticados. Para isso, o autor se valeu da pureza inicial da criança trazendo na personagem Dora todo o caminho que leva a delinquência, porque ao ficar órfã, não tinha a quem recorrer. Na íntegra, o autor descreve as emoções que a criança estava passando e o quão perdida ela estava, após a morte dos pais:

Agora a fome ajudava a magoar seu corpo, a fome terrível das crianças de treze

⁵³ Eternamente!

⁵⁴ Em virtude da necessidade de sobrevivência das crianças.

anos, uma fome que exige comida imediatamente. Dora tinha vontade de chorar, de se deixar cair na rua, sob o sol, e não fazer movimentos. Uma saudade dos pais mortos a invadiu. Mas reagiu contra tudo e continuou (AMADO, 2009, 165)

A fome dá abertura para que se aceite praticar condutas que muitas vezes vão contra os princípios pessoais⁵⁵. Os atos de sobrevivência dizem respeito a conduta individual do personagem e as tentativas frustradas (AMADO, 2009, 167) da menina Dora no decorrer da história ao tentar viver como adulta para cuidar do seu irmão descreve uma consequência muito presente na busca da autonomia para sobreviver, ou seja, a orfandade. O abandono reflete no elemento moradia e segurança, um reflexo que dá a ideia de pertença, onde se cria raiz nos laços afetivos e onde se pode, a partir dele, realizar os sonhos.

Na sequência da narrativa, a menina procura um emprego no antigo trabalho de sua mãe, mas como a mãe morreu de “bexiga” (AMADO, 2009, 166), infelizmente não aceitaram ela e nem os serviços de entregador do irmão, a doença causava um pavor nos cidadãos e evitavam

aqueles que tinham contato, um estigma visível. Doaram “dois mil-réis” (AMADO, 2009, 167), não por caridade, mas na tentativa de afastar aquela criança cujo passado sombrio estava maculando toda a sua pessoa. Porém, a partir dessa doação, ela pode se alimentar e talvez, por “sorte do destino” permitiu que ela fosse acolhida pelos capitães da areia,

Dora sentou num banco, chamou o irmão. Os garotos que jogavam se levantaram também. Ela desembulhou os pães, deu um a Zé Fuinha. Os garotos a olhavam. O preto estava com fome, ela bem viu. Ofereceu do pão a eles. Ficaram os quatro comendo pão dormido (era mais barato) em silêncio (...)

— Tu tem onde dormir?

— Não.

O magrelo falou para o negro:

— A gente leva ela pro trapiche...

— Uma menina... O que é que Bala vai dizer?

— Tá chorando — disse o magrelo em voz muito baixa. O

55 Essa prática desesperadora para sobreviver, inclusive, já foi tema de debate no meio jurídico cujas posições estavam divididas entre

acusação e defesa que foram apresentadas pela obra de FULLER, 2018.

negro olhou. Evidentemente estava atarantado. O branco coçou o pescoço, espantando uma mosca. Botou a mão no ombro de Dora muito devagarinho, como se tivesse medo de a tocar:

— Vem com a gente. A gente dorme num trapiche... O preto fez esforço para sorrir:

— Não é um palacete, mas é melhor que a rua... (AMADO, 2009, 168)

Assim, as consequências se revelam em dois pontos centrais: o primeiro sobre um ponto de vista microcós mica, é o personagem sujeito individual cujo realidade particular, permite que sensivelmente possamos compreender seus atos e a partir dele sugerir meios que solucione esse problema que aflige o personagem e que já possui um possível resultado previsto, aqui nos deparamos com a políticas públicas; em contrapartida, de forma macrocós mica olhamos para a sociedade que vivencia o fenômeno criminológico criado por ela em virtude do abandono secundario. Notamos que tanto de forma microcós mica quanto a macrocós mica, ambos vivem uma dualidade presente, ou seja,

são vítimas e protagonistas, motivador dos seus próprios fenômenos casuísticos.

De forma pedagógica, podemos compreender a importância desse estudo sensível sobre os atos individuais para ter uma percepção dessa realidade e a partir dela perceber a importância do reconhecimento da população que vive nessas condições de orfandade, abandono e miserabilidade. Não havia, por parte da sociedade e nem do estado, até o presente momento da publicação da obra literária qualquer política pública que pudesse trabalhar uma solução eficaz. Em dezembro de 2009⁵⁶, no Brasil, foi decretada uma “Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.” (BRASIL, 2009), em seu art. 1º, parágrafo único, traz a definição dessa população, reconhecendo seus direitos e suas necessidades, vejamos

Art. 1o (...) Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia

56 Ressalta-se a presença do anacronismo.

convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Ao visualizarmos essa descrição da norma, os próprios personagens Capitães da Areia se encaixam perfeitamente nessa definição, porém, na narrativa literária, bem como para o contexto da época inexistia qualquer unidade de acolhimento que pudesse ser utilizado para pernoitar de forma temporária e nem se valer como moradia provisória. Inspirado na Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), o referido Decreto Lei nº 7.053/2009 em seu art. 2º caput, assume para o Estado, de forma descentralizada a obrigação da União e entes federativos de implementarem uma Política Nacional para essa realidade tão vulnerável, além de reforçar em seu art. 5º caput, I ao V os direitos fundamentais das pessoas que vivem nessas condições. Nos termos da narrativa literária é nítido que esse conceito apresentado pelo Decreto Lei, em seu art. 1º, Parágrafo Único, é perfeitamente consumado com a realidade dos personagens supracitados e seu percurso no espaço-tempo literário para estarem nessa condição de orfandade. Esse fenômeno anacrônico serve para elucidar a necessidade do Estado olhar para aquele que encontra-se em um estado de abandono completo.

2.1 A ORFANDADE E O ESTIGMA DA ORFANDADE

A orfandade é um estado de filiação involuntário a quem o carrega, e se caracteriza em razão do abandono da família ou pela morte de um ou mais dos genitores daquela sujeito. Tal condição é dolorosa e permanece na vida da pessoa por longos anos, até que ela consiga uma independência, seja ela emocional ou financeira, nesse sentido, a orfandade está ligada com a dependência de alguém para suprir suas necessidades. Esse estado de orfandade em que dá origem a uma pessoa o título de "órfão", é mau visto pela sociedade, abre espaços para pessoas aproveitadoras de sua condição já que não existe ninguém que zele pela sua integridade física ou moral, e, conseqüentemente o sujeito, cujo o estado de filiação encontra-se órfão, é vulnerável e considerado como mais fácil para manipular por pessoas com intenções negativas. Portanto, tal condição revela aquela falta de um porto seguro, alguém de confiança que possa assegurar a responsabilidade e transmitir valores morais contribuindo na construção da personalidade do indivíduo.

A temática da orfandade teve grande relevância nos textos sagrados judaicos-cristão, porém, ela não teve força o suficiente para mudar os costumes da época atribuindo a comunidade religiosa judaico-cristão a possibilidade de adoção de quem se encontrasse nesse estágio de filiação, ou seja, em completa orfandade. Como realidade do Monoteísmo em seu aspecto patriarcal, D'us

vendo a dor da pessoa que encontra-se órfão e desamparado, cheio de livre bom grado e amor a sua criação (Gn,1,1;2,7) (GIRAUDO; BORTOLINI, 2015, 35), dá o sentido de pertença familiar novamente ao indivíduo que encontra-se nessa condição, atribuindo-o para si como seu filho, nesse sentido, segue Frizzo lecionando, citando como um exemplo um versículo do livro de Salmos,

O Sl 68,5 realça a falta da presença paterna na compreensão na definição de orfandade: Pai dos órfãos (...) e justiceiro das viúvas (...). Assim é Deus em sua morada santa". O texto mostra uma disponibilidade em cuidar das pessoas desvalidas e revela dois aspectos para qualificar o grau de orfandade. Num primeiro plano, é notória a ausência paterna, o que evidencia a orfandade. Mas, podemos supor, também, a incapacidade de dar segurança às crianças. Nota-se um total silêncio em torno da figura materna. (FRIZZO, 2009, 41)

D'us, na narrativa religiosa passa a ser o Pai daquele que se encontrava órfão e espiritualmente a pessoa deixa de ser órfão e passa a estar amparado de forma protetora por uma entidade divina capaz de punir quem ousar violar o direito deles, em troca desse amparo, D'us

exige fidelidade de seus filhos através dos mandamentos (GIRAUDO; BORTOLINI, 2015, 130-131), além de inúmeras outras ordens de obediência que exige do seu povo, principalmente aqueles exilados. Mas, uma pessoa que vive em estado de orfandade, necessita de comida, necessita de outros cuidados que dependem da relação interpessoal, D'us preocupado com isso, trabalha com o seu povo uma troca recíproca, o povo doa a quem precisa e Ele abençoará quem já possui a fartura em abundância, essa temática é tratada no Livro de Deuteronômio sobre o dízimo trienal, espécie de tributo divino que o povo eleito deverá pagar a cada três anos (Dt, 14,28) devendo deixar o pagamento da colheita em frente a porta de sua casa para que aquele que é órfão possa usufruir, vejamos: "o estrangeiro, e o órfão, e a viúva, que vivem nas tuas cidades, e comerão, e fartar-se-ão. Deste modo lahweh teu Deus te abençoará em todo trabalho que a tua mão realizar." (Dt, 14,29) (GIRAUDO; BORTOLINI, 2015, 277)

Essa forma de integrar o órfão ao sentimento de pertença não foi o suficiente para que a sociedade o acolhesse da mesma forma como era ordenado nos textos sagrados. O próprio livro de Deuteronômio, dentro do pentateuco que faz parte da Bíblia Cristã e sendo a Torá ou "Lei" (GIRAUDO; BORTOLINI, 2015, 21), para os judeus, é um Código de Leis Cívicas e religiosas escritas muitos anos antes de Cristo. Contextualizar esse aspecto da narrativa religiosa é de suma importância porque é possível ver que mesmo essa problemática da orfandade ter sido abordado em textos religiosos com o objetivo de modificar os

comportamentos humanos e sua consciência moral, ela não era o suficiente para que a sociedade tomasse para si esses cuidados e essa responsabilidade com esse grupo de pessoas que encontravam-se na sua margem, para mudar essa realidade solucionando essa problemática existente.

Jorge Amado, demonstra na narrativa literária que a prática religiosa que predominava na sua época era o cristianismo, dessa forma, a exposição dos textos religiosos acima mencionados, eram do conhecimento dos fiéis denominados como cristãos. Contudo, para a cultura da época, o cuidado com as minorias, com aqueles que pereciam e estavam à margem da sociedade não era de grande relevância, a moral e os bons costumes estavam focados em manter o estado atual de família tradicional, isso fazia parte dos sentimentos cristãos, conforme o autor narra a casuística,

Esse bando que vive da rapina se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a cem crianças das mais diversas idades, indo desde os oito aos dezesseis anos. Crianças que, naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminosa. (AMADO, 2009, 9)

Essa espécie de isolamento do grupo de crianças, atribuindo a culpa ao abandono dos pais que não possuem consciência dos valores cristão, revela o posicionamento social da época, consequentemente, o desprezo da sociedade. Cria-se, portanto, um estigma sobre as crianças abandonadas, Goffman leciona nesse sentido,

O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações. Começarei com a situação do desacreditado e passarei, em seguida, a do desacreditável, mas nem sempre separei as duas. Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo -

as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1988, 14)

Conforme Goffman leciona, a orfandade, portanto torna-se um estigma evidente que se encaixa na segunda modalidade de estigma, ou seja, verificando-se a partir da culpa de caráter individual, e nesse caso, direcionado a obra de jorge amado, como culpa dos pais com pouco sentimento cristão capaz de abandonar as crianças, e consequentemente praticam condutas criminosas, direcionando toda a atenção do grupo para as suas condutas centrais que são consideradas como negativas, nessa lógica, afirma Goffman

Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (GOFFMAN, 1988, 14)

A forma como os personagem se percebiam nesse estágio de orfandade criava no imaginário deles que suas condutas se justificavam em virtude dessa condição estigmatizada em suas vidas, a tentativa de manifestar ajuda para esse grupo de pessoas que encontram-se nessa situação de vulnerabilidade é resultado de pena, e não por um ato genuíno, conforme o personagem estigmatizado tem essa percepção de uma falsa compaixão, “(...)o Sem-Pernas tinha verdadeira satisfação ao pensar em quanto o xingariam aquelas senhoras que o haviam tomado por um pobre órfão.” (AMADO, 2009, 37) A piedade sobre uma pessoa, estigmatizada, por vezes, evidencia esse estigma em sua vida. Vejamos pelo próprio nome do personagem. Nesse sentido, todas as ações negativas e criminosas tem uma razão originária, conforme descreve Goffman, “(...)a criatura

estigmatizada usará, provavelmente, o seu estigma para "ganhos secundários", como desculpa pelo fracasso a que chegou por outras razões". A casuística literária, nesse sentido, é apresentada por Jorge Amado, da seguinte maneira

O menino tocou de novo e na janela de um quarto do primeiro andar assomou a cabeça grisalha de uma senhora, que mirou com os olhos apertados ao Sem-Pernas:

— Que é, meu filho?

— Dona, eu sou um pobre órfão...

A senhora fez com a mão sinal que ele esperasse e dentro de poucos minutos estava no portão sem ouvir sequer as desculpas da empregada por não ter atendido à porta:

— Pode dizer, meu filho — olhava os farrapos do Sem-Pernas.

— Dona, eu não tenho pai, faz só poucos dias que minha mãe foi chamada pro céu — mostrava um laço preto no braço, laço que tinha sido feito com a fita do chapéu novo do Gato, que se danara. — Não tenho ninguém no mundo, sou aleijado, não posso trabalhar

muito, faz dois dias que não vejo de comer e não tenho onde dormir. Parecia que ia chorar. A senhora olhava muito impressionada:

— Você é aleijado, meu filho?

O Sem-Pernas mostrou a perna capenga, andou na frente da senhora forçando o defeito. Ela o fitava com compaixão:

— De que morreu sua mãe?

— Mesmo não sei. Deu uma coisa esquisita na pobre, uma febre de mau agouro, ela bateu a caçoleta em cinco dias. E me deixou só no mundo... Se eu ainda aguentasse o repuxo do trabalho, ia me arranjar. Mas com esse aleijão só mesmo numa casa de família... A senhora não tá precisando de um menino pra fazer compra, ajudar no trabalho da casa? Se tá, dona...

E como o Sem-Pernas pensasse que ela ainda estava indecisa, completou com cinismo, uma voz de choro:

— Se eu quisesse me metia aí com esses meninos ladrão. Com os tal de Capitães da Areia. Mas eu não sou disso, quero é trabalhar. Só que não aguento um trabalho pesado.

Sou um pobre órfão, tou com fome... (AMADO, 2009, 116)

Os dois elementos estigmatizados são descritos na narrativa. No primeiro momento, a orfandade utilizada como forma de sensibilizar a outra parte de forma consciente; em outro momento, é reforçar o problema físico corporal de forma inconsciente percebido pela Senhora uma vez que era nítido tal deficiência física, evidenciando, portanto, esses estigmas em sua pessoa enquanto personagem literário. Assim, esse estigma na vida da pessoa que encontra-se em estado de orfandade traz toda consequência, que se refletem na maneira de agir, pensar e desejar. Portanto, o personagem passa pela dor da morte ou do abandono dando origem a profundas tristezas e vazios que se tornam negativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a obra *Capitães da Areia* do autor Jorge Amado foi possível solucionar os casos complexos que o autor apresenta. Outra questão analisada que o direito na literatura permitiu foi o fato das crianças serem vistas como objeto de pertença, no aspecto negativo, que apesar do abandono e do estigma da orfandade, o resultado que cria este estado nas crianças é a prática da criminalidade infantil em virtude do abandono. Dessa forma, a percepção da evolução do direito vigente para o direito à época do autor é notória e muito mais favorável sobre o ponto de vista

infantil e daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

Concluiu-se, portanto, que o desejo revela a inclinação, mesmo que subjetivamente, que o personagem tinha para uma determinada face da justiça. Para isso a representação geométrica de um prisma triangular conseguiu dar forma a esse desejo, cuja a face se sobrepõem sobre o fragmento literário extraído, e a essência desse modelo é consumada nos desejos e nos atos, representando, o modelo de justiça que estava evidente naquela casuística. Assim, sobre a perspectiva do prisma com base triangular, cada face é identificado um modelo de justiça, ou seja, um lado do prisma, na sua face representa a justiça como virtude; outra face a retributiva e, na outra face a vingança como forma de justiça que os personagens desejavam.

Fragmentado-se as casuísticas literárias, os personagens que ficaram mais evidentes, no desejo pela virtude como forma de justiça, são o Professor, Pirulito e Padre José Pedro. Já a justiça retributiva, ela é representada na obra de Jorge Amado em duas formas: a primeira, por meio da forma positiva através do Padre José Pedro que tem por resultado positivo a conversão de Pirulito que fora trabalhada ao longo dos meses ensinando a moral cristã; já a forma positiva através do resultado negativo é retirar as crianças da rua sem trabalhar, na consciência delas, a necessidade da disciplina e princípios morais. A justiça retributiva de forma negativa com resultados negativos vem representada no personagem Sem-pernas cuja amargura da vida o

fez desejar retribuir a todos sempre que fosse possível a maldade.

A vingança como justiça representa o modelo de justiça retributiva, porém, no desejo dos personagens e entidades, ela se revela como uma forma de justiça, ou seja, através das divindades Omolu e D'us se vingando dos filhos ou da criação em virtude da desobediência e do alto nível de maldade com o seu povo. Consequentemente, sob o olhar microcósmico, fica mais evidente o único desejo que os personagens Sem-pernas e Volta Seca sentem para se fazer justiça sobre o que viveram. Esse último, por sua vez, se inspirava na única referência familiar que ele tinha, ou seja, seu padrinho Lampião.

Compreende-se também, que através dos personagens Professor e Pirulito é possível identificar como dilema moral: a busca da justiça como virtude ou a vingança como justiça e que elas se tornam as duas faces do mesmo desejo que ambos possuem e buscam, mas que a escolha final com consciência é a justiça como virtude. Dessa forma, a melhor face da justiça que o autor apresenta em “Capitães da Areia” que possui resultados positivos na vida adulta é a justiça como virtude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em

<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>.

Acesso em 06 abr. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 06 abr. 2025

DA SILVA, Jéssyca Almeida; PEDROSA, Jussara Melo. **A presença constante de "Capitães da areia" no cenário social brasileiro de ontem e sempre**. Anais do CIDIL, v. 1, p. 271-288, 2017.

DE PAULA, Erivania Oliveira; DE OLIVEIRA GIACON, Eliane Maria. **CAPITÃES DA AREIA: UMA IDENTIDADE SOCIAL EM FORMAÇÃO**. Revista Philologus, Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro Nº 60. set./dez.2014.

DE OLIVEIRA, Thalissa Corrêa. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença, v. 10, n. 2, 2013.

FRIZZO, Antonio Carlos. **A Trilogia Social: estrangeiro, órfão e viúva no Deuteronomio e sua recepção na Mishná**. 2009. Editora: Fons Sapientiae. Tese de doutorado em Teologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de Teologia.

FULLER, Lon L. **O caso dos exploradores de cavernas**. Geração Editorial, 2018

GIRAUDO, Tiago e BORTOLINI, José. **Bíblia de Jerusalém**, São Paulo, Edições Paulinas, reimpressão 2015,

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

TOMÁS, Catarina. **As culturas da infância na educação de infância: um olhar a partir dos direitos da criança**. *Interacções*, v. 10, n. 32, 2014.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1997.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**: Editora Saraiva, 2019. 9788553613106. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553613106/>. Acesso em: 05 jun. 2022.